

ED. 58 | ANO II | 22/07 A 05/08/2021

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Debora Emmylly de Oliveira Arruda - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnica em Gestão do Meio Ambiente;

Gabriel de Moraes - Estagiário;

Marcus Semblano - Estagiário;

Raylon Roberto Alvarenga Álvares - Estagiário.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 58ª edição do LEGIS SEMAS, já com novo layout, destaca-se a publicação da Lei Federal nº 14.188, de 28 de julho de 2021, que define o programa de cooperação "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica" como uma das medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) a fim de modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra o sexo feminino e criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

A campanha "Agosto Lilás" é uma importante ferramenta de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Nesse sentido, a publicação da Lei nº 14.188, de 2021 garante maior amparo às vítimas, além de tipificar penalmente a violência psicológica contra a mulher. Perante a relevância do assunto e a necessidade de entendimento da norma por qualquer pessoa, o NEL preparou um card explicativo. Para acessá-lo, [clique aqui](#).

O "Fique de Olho" desta edição traz dois cursos gratuitos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. O primeiro é "Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais" e o segundo, de "Sustentabilidade na Administração Pública", ambos de grande relevância tanto para a sociedade civil quanto aos especialistas em Administração Pública.

Ainda na pauta sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, a seção "NEL Indica" recomenda a leitura do "Manual Aplicado à Administração Pública da Procuradoria Geral do Estado do Pará - PGE". Um guia completo com informações atualizadas, conceitos e aplicabilidade da Lei.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenação - NEL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

Publicado no DOU nº 142, de 29 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021. Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.

Publicado no DOU nº 143, de 30 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Publicado no DOU nº 146, de 4 de agosto de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

Publicado no DOU nº 147, de 05 de agosto de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.058, DE 27 DE JULHO DE 2021. Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

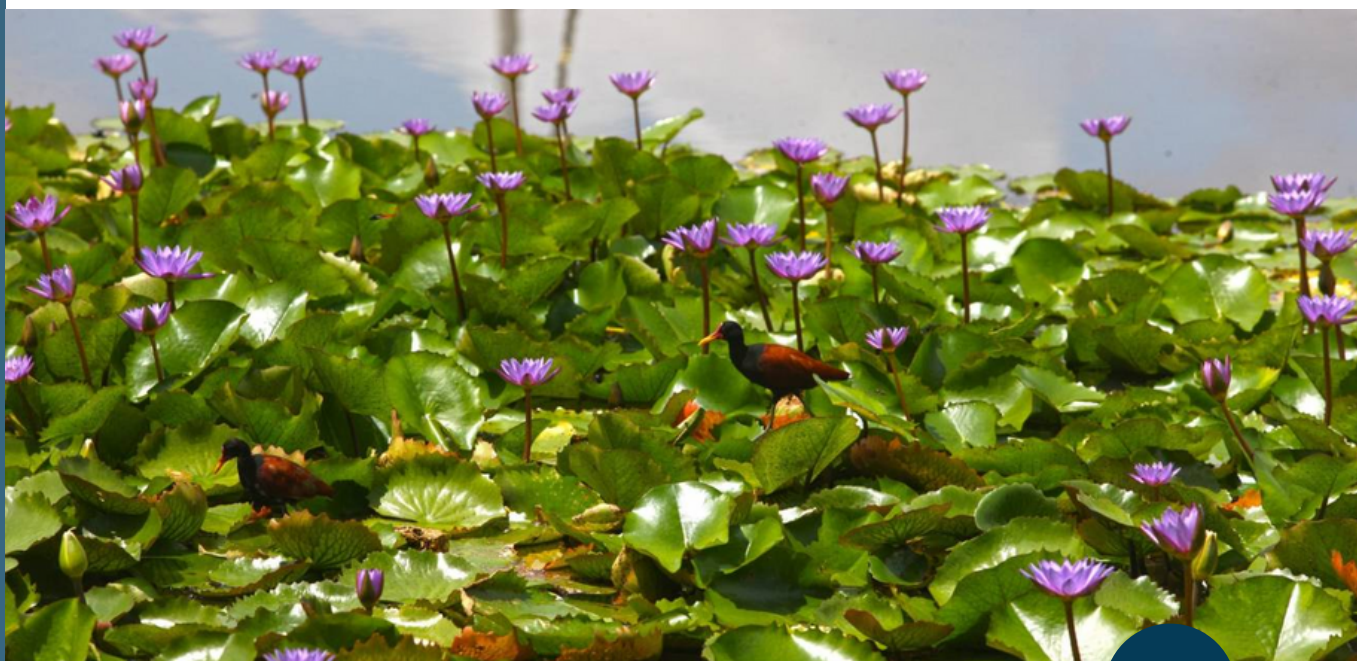
Publicado no DOU nº 141, de 28 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

DECRETO Nº 10.755, DE 26 DE JULHO DE 2021. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 140, de 27 de julho de 2021. (p. 3). [Clique aqui](#)

DECRETO Nº 10.756, DE 27 DE JULHO DE 2021. Institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal.

Publicado no DOU nº 141, de 28 de julho de 2021. (p. 2). [Clique aqui](#)



NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 10.751, DE 22 DE JULHO DE 2021. Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, para dispor sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.

Publicado no DOU nº 138, de 23 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

DECRETO Nº 10.752, DE 23 DE JULHO DE 2021. Altera o Decreto nº 10.407, de 29 de junho de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da COVID-19 no País.

Publicado no DOU nº 139, de 23 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

RESOLUÇÃO MAPA Nº 15, DE 6 DE JULHO DE 2021. Institui o serviço voluntário de Pesquisador do Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Publicado no DOU nº 137, de 22 de julho de 2021. (p. 16). [Clique aqui](#)



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 6, DE 8 DE JULHO DE 2021. Aprova o Balanço de Atividades 2020 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.

Publicado no DOU nº 139, de 23 de julho de 2021. (p. 125). [Clique aqui](#)

RESOLUÇÃO CI Nº 1, DE 23 DE JULHO DE 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inovação e os Planos de Ação para os Eixos de Fomento, Base Tecnológica, Cultura de Inovação, Mercado para Produtos e Serviços Inovadores e Sistemas Educacionais.

Publicado no DOU nº 139, de 23 de julho de 2021. (p. 27). [Clique aqui](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.040, DE 30 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2021.

Publicado no DOU nº 145, de 3 de agosto de 2021. (p. 15). [Clique aqui](#)

PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MMA Nº 10, DE 21 DE JULHO DE 2021. Institui lista de espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados.

Publicado no DOU nº 137, de 22 de julho de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/SE, DE 20 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a Política de Qualidade de Vida no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

Publicado no DOU nº 138, de 23 de julho de 2021. (p. 67). [Clique aqui](#)

PORTARIA MJSP Nº 328, DE 27 DE JULHO DE 2021. Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional do Índio na Terra Indígena Apyterewa, no Estado do Pará.

Publicado no DOU nº 142, de 29 de julho de 2021. (p. 1). [Clique aqui](#)

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA Nº 286, DE 22 DE JULHO DE 2021. Institui o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Meio Ambiente - SIC/MMA, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 138, de 23 de julho de 2021. (p. 82). [Clique aqui](#)

PORTARIA NORMATIVA Nº 17/GM/MME, DE 22 DE JULHO DE 2021. Estabelecer, nos termos desta Portaria, Diretrizes para a Oferta Adicional de Geração de Energia Elétrica Proveniente de Usina Termelétrica - UTE para Atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Publicado no DOU nº 138, de 23 de julho de 2021. (p. 82). [Clique aqui](#)

PORTARIA MDS Nº 1.550, DE 28 DE JULHO DE 2021. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Nova Ipixuna - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

Publicado no DOU nº 142, de 29 de julho de 2021. (p. 6). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1.569 MDR/GM, DE 29 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a quitação e a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelo Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e pelo Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), bem como sobre o desinvestimento, a liquidação e a extinção desses Fundos.

Publicado no DOU nº 144, de 2 de agosto de 2021. (p. 11). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 571 - MEC/GM, DE 2 DE AGOSTO DE 2021. Institui o Programa Educação e Família.

Publicado no DOU nº 145, de 3 de agosto de 2021. (p. 24). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 325 - ME, DE 28 DE JULHO DE 2021. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para termômetros clínicos digitais utilizados no controle da temperatura de seres humanos e de animais.

Publicado no DOU nº 145, de 3 de agosto de 2021. (p. 19). [Clique aqui](#)

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MS Nº 1.802, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. Institui a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde (Rede VIGIAR-SUS), no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

Publicado no DOU nº 146, de 4 de agosto de 2021. (p. 15). [Clique aqui](#)

PORTARIA MS/GM Nº 560, DE 23 DE JULHO DE 2021. Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI com o objetivo de propor parâmetros que nortearão os projetos de infraestrutura para as escolas indígenas.

Publicado no DOU nº 139, de 23 de julho de 2021. (p. 115). [Clique aqui](#)



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.293, DE 28 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre medidas de transparência e segurança na manipulação e aplicação de vacinas no Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.653, de 29 de julho de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

DECRETO Nº 1.740, 22 DE JULHO DE 2021. Altera o Decreto Estadual nº 618, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.032, de 20 de março de 2020, que cria o Fundo Esperança, destinado a dar apoio emergencial aos pequenos e microempreendedores, no âmbito do Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34.648, de 23 de julho de 2021. (p. 5). [Clique aqui](#)

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 2021. Exonera e nomeia membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente COEMA/PA, representantes dos Poder Público.

Publicado no DOE nº 34.657, de 03 de agosto de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1.204/2021 – GAB/SEMAS, DE 30 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a designação de leiloeiro administrativo para realizar as atividades de leilão, venda direta por dispensa de licitação e, ainda, concorrência pública de produtos e subprodutos florestais decorrentes de apreensão, por cometimento de infração administrativa na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

Publicado no DOE nº 34.656, de 02 de agosto de 2021. (p. 127). [Clique aqui](#)



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA Nº 1.204/2021 – GAB/SEMAS, DE 30 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a designação de leiloeiro administrativo para realizar as atividades de leilão, venda direta por dispensa de licitação e, ainda, concorrência pública de produtos e subprodutos florestais decorrentes de apreensão, por cometimento de infração administrativa na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

Publicado no DOE nº 34.656, de 02 de agosto de 2021. (p. 127). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1.205/2021 – GAB/SEMAS, DE 30 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a designação de leiloeiro administrativo para realizar as atividades de leilão, venda direta por dispensa de licitação e, ainda, concorrência pública de produtos e subprodutos florestais decorrentes de apreensão, por cometimento de infração administrativa na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

Publicado no DOE nº 34.656, de 02 de agosto de 2021. (p. 127). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1.186 - SEMAS, DE 29 DE JULHO DE 2021. Institui as Cartilhas de Orientação sobre acesso e controle de pessoas e bens apreendidos e de guarda de veículos, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS e dá outras providências.

Publicado no DOE nº 34.656, de 02 de agosto de 2021. (p. 128). [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1205/2021 – GAB/SEMAS, DE 30 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre a designação de leiloeiro administrativo para realizar as atividades de leilão, venda direta por dispensa de licitação e, ainda, concorrência pública de produtos e subprodutos florestais decorrentes de apreensão, por cometimento de infração administrativa na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

Publicado no DOE nº 34.658, de 04 de agosto de 2021. (p. 4). [Clique aqui](#)

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS Nº. 002/2021. Entre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS e Ministério Público do Estado do Pará – MPPA.

Publicado no DOE nº 34.653, de 29 de julho de 2021. (p. 48). [Clique aqui](#)

FIQUE DE OLHO



Curso Aberto

Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais.

O curso é gratuito e promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Tem como objetivo capacitar a sociedade, de forma rápida e acessível, sobre o funcionamento e as diretrizes básicas expostas na nova lei geral de proteção de dados do Brasil.

Para se inscrever, [clique aqui](#).



Sustentabilidade na Administração Pública

O curso é gratuito, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e explica o que é um Plano de Logística Sustentável, apresentando a fundamentação legal para a implantação das Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Ao final, os servidores serão capazes de implementar e disseminar boas práticas de sustentabilidade nos órgãos públicos.

Para se inscrever, [clique aqui](#).

NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



E-BOOK LGPD PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE/PA: MANUAL DE APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A PGE disponibilizou um manual de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no formato de e-book, que pode ser acessado gratuitamente no site do órgão. A publicação tem como objetivo orientar a atuação dos órgãos e entidades estaduais, quanto ao tratamento de dados pessoais.

Para acessar o e-book, [clique aqui](#).

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br